



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

INFORMAÇÃO Nº 01/2022-2ª DIFIPE

Brasília, 19 de janeiro de 2022.

PROCESSO Nº 00600-00006941/2020-31-e

ÓRGÃO DE ORIGEM: Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF.

ASSUNTO: **Consulta.**

EMENTA: Consulta formulada pelo Diretor-Geral da PCDF acerca da possibilidade de aplicação das regras do regime geral de previdência social para a conversão, em comum, do tempo de serviço estritamente policial excedente ao necessário para fins da aposentadoria especial de que trata a LC nº 51/85, tendo em vista recente decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Tema 942 de Repercussão Geral (e-doc 3FBEC436-c, peça 6).

Informação nº 75/2020-2ª DIFIPE. Admissibilidade. Considerações. Arquivamento (e-doc 9808FC16-e, peça 10).

Parecer nº 0911/2020-G2P. “Tempo policial não é alcançado por essa interpretação, mas sim pela sua legislação específica, qual seja - LC nº 51/85”. Parecer convergente (e-doc 9C5F5AB6-e, peça 14).

Despachos Singulares n.ºs 687/2020-GCIM (e-doc 4019EFBC-e, peça 18) e 698/2020-GCIM (e-doc 7CE3E911-e, peça 22). Fornecimento de cópias dos autos ao Sinpol/DF e a Deputado Distrital, respectivamente.

Decisão nº 5.075/2020. Admissibilidade. Ingresso nos autos, como interessado, do Sindicato dos Policiais Cíveis do Distrito Federal – Sinpol/DF. Retorno dos autos à SEFIPE/TCDF, para novo exame de mérito da consulta, em cotejo com as manifestações encaminhadas pela entidade sindical (e-doc 9ADBA0F3-e, peça 26).

Informação nº 14/2021-2ª DIFIPE. Reiteração (e-doc 5852609B-e, peça 39).

Pedido de ingresso como *amicus curiae* do Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal – Sindepo/DF (e-doc EBA11585-e, peça 54) e reafirmação dos argumentos (e-doc 7FB3126E-e, peça 78).

Despacho Singular nº 340/2021-GCIM (e-doc A63A8F5A-e, peça 77). Ingresso de nova documentação (e-doc 81F8234E-c, peça 68 e anexos). Nova reinstrução.

Informação nº 43/2021-2ª DIFIPE. Reiteração (e-doc 9F8F3A46, peça 79).

Decisão nº 3.291/2021. Conhecimento. Ingresso nos autos, como interessado, do ao Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal – Sindepo/DF. Prazo para manifestação da entidade sindical. Retorno dos autos à SEFIPE/TCDF, para novo exame de mérito da consulta.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Reanálise. Reiteração das considerações. Arquivamento.

Senhor Diretor,

Tratam os autos, na atual etapa processual, da terceira reinstrução da consulta formulada pelo Diretor-Geral da PCDF acerca da possibilidade de aplicação das regras do regime geral de previdência social para a conversão, em comum, do tempo de serviço estritamente policial excedente ao necessário para fins da aposentadoria especial de que trata a LC nº 51/85, tendo em vista decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Tema 942 de Repercussão Geral, nos termos mencionados na ementa.

2. Por meio da Informação nº 75/2020-2ª DIFIPE (e-doc 9808FC16-e, peça 10), esta Unidade Técnica havia sugerido a admissibilidade da presente consulta, nos seguintes termos:

I. conhecer da consulta formulada pelo Diretor-Geral da PCDF (e-doc 3FBEC436-c), posto que satisfaz os pressupostos de admissibilidade previstos no artigo 264 do Regimento Interno deste Tribunal;

II. esclarecer ao consulente que o Tema 942 de Repercussão Geral, definido pelo STF no bojo do RE 1.014.286/SP, não se aplica aos servidores que exerçam atividade de risco (inciso II do § 4º do art. 40 da CRFB), cujo direito à aposentadoria especial já se encontra regulamentado pela LC nº 51/85, mas exclusivamente aos servidores que exerçam atividades sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física (inciso III do § 4º do art. 40 da CRFB), sendo inviável a conversão de tempo especial, ainda que insalubre, em comum para fins de aposentadoria especial;

III. dar ciência da decisão que vier a ser proferida ao consulente; e

IV. autorizar o arquivamento dos autos.

3. Por sua vez, em harmonia com a Unidade Técnica, o MPJTCDF opinou no sentido de que o tempo policial não é alcançado pelo Tema 942 de Repercussão Geral, mas sim pela sua legislação específica, qual seja, a LC nº 51/85 (e-doc 9C5F5AB6-e, peça 14).

4. Nada obstante, antes que o processo fosse analisado pelo Tribunal, o Sinpol/DF protocolou petição (e-doc 9ADBA0F3-e, peça 26), conhecida por este Tribunal juntamente com a consulta nos termos da Decisão nº 5.075/2020, *in verbis*:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da Informação n.º 75/2020-2ª DIFIPE (e-DOC 9808FC16-e); b) do Parecer n.º 911/2020-G2P (e-DOC 9C5F5AB6-e); c) da consulta formulada pelo Diretor-Geral da PCDF (e-DOC 3FBEC436-c), porquanto satisfaz os pressupostos de admissibilidade previstos no artigo 264 do Regimento Interno deste Tribunal; d) do documento apresentado pelo Sindicato dos Policiais Cíveis do Distrito Federal – Sinpol/DF (e-DOC 9ADBA0F3-e); II – deferir ao Sindicato dos Policiais Cíveis do Distrito Federal – Sinpol/DF o ingresso nos autos, como interessado, nos termos do artigo 119, caput, e § 4º, do RI/TCDF; III – dar ciência desta decisão ao consulente; IV – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefipe/TCDF, para novo exame de mérito da consulta, em cotejo com as manifestações encaminhadas pela entidade sindical (e-DOC 9ADBA0F3-e).

5. Posteriormente, o Sinpol/DF juntou, ainda, Memoriais (e-doc DE2355B8-e, peça 32) e decisão monocrática proferida pelo Ministro Alexandre de Moraes, do STF, no Recurso Extraordinário n.º 1.303.702/SP (e-doc F1FB481C-e, peça 38 – anexo: e-doc 46E68918-e, peça 37).

6. Em cumprimento ao item IV da Decisão n.º 5.075/2020, por meio da Informação n.º 14/2021-2ª DIFIPE (e-doc 5852609B-e, peça 39) esta Unidade Técnica reiterou as conclusões apresentadas na Informação n.º 75/2020-2ª DIFIPE (e-doc 9808FC16-e, peça 10) e acolhidas pelo MPJTCDF no Parecer n.º 0911/2020-G2P (e-doc 9C5F5AB6-e, peça 14), sugerindo esclarecer ao consulente que o Tema 942 de Repercussão Geral, definido pelo STF no bojo do RE 1.014.286/SP, não se aplica aos servidores que exerçam atividade de risco (inciso II do § 4º do art. 40 da CRFB), cujo direito à aposentadoria especial já se encontra regulamentado pela LC n.º 51/85, mas exclusivamente aos servidores que exerçam atividades sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física (inciso III do § 4º do art. 40 da CRFB).

7. Mais uma vez antes que o processo fosse analisado pelo Tribunal, o consulente protocolou o Ofício n.º 320/2021 - PCDF/DGPC/ASS (e-doc 81F8234E-c, peça 68) e anexos, retornando os autos para nova instrução em obediência ao Despacho Singular n.º 340/2021-GCIM (e-doc A63A8F5A-e, peça 77).

8. Além disso, houve pedido de ingresso nos autos como *amicus curiae* do Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal – Sindepo/DF (e-doc EBA11585-e, peça 54), com a reafirmação dos argumentos apresentados (e-doc 7FB3126E-e, peça 78).

9. Por meio do Ofício n.º 320/2021 - PCDF/DGPC/ASS (e-doc 81F8234E-c, peça 68), a consulente não trouxe nenhuma nova informação aos autos, tendo apresentado decisão em Agravo Interno no STF, proferida no Recurso Extraordinário n.º 1.303.702/SP, que reafirma o julgamento monocrático proferido pelo Ministro



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Alexandre de Moraes que já havia sido apresentado pelo Sinpol/DF em suas prévias manifestações (e-doc F1FB481C-e, peça 38 – anexo: e-doc 46E68918-e, peça 37) e devidamente analisado por esta Unidade Técnica por meio da Informação nº 14/2021-2ª DIFIPE (e-doc 5852609B-e, peça 39).

10. Por sua vez, o Sindepo/DF, em grande medida, reafirmou, naquela oportunidade, os argumentos que já constavam nos autos, trazidos à baila pelo consulente, por mais de uma vez, e pelo Sinpol/DF, também apresentando a mencionada decisão proferida no Recurso Extraordinário nº 1.303.702/SP.

11. Dessa forma, por meio da Informação nº 43/2021-2ª DIFIPE (e-doc 9F8F3A46, peça 79), esta Unidade Técnica, pela segunda vez, reiterou as conclusões apresentadas na Informação nº 75/2020-2ª DIFIPE (e-doc 9808FC16-e, peça 10), reiteradas na Informação nº 14/2021-2ª DIFIPE (e-doc 5852609B-e, peça 39) e acolhidas pelo MPJTCDF no Parecer nº 0911/2020-G2P (e-doc 9C5F5AB6-e, peça 14).

12. Entretanto, apesar de o Sindepo/DF ter veiculado sua manifestação nos autos (e-doc 7FB3126E, peça 78), cuja análise por esta Unidade Técnica se deu na Informação nº 43/2021-2ª DIFIPE (e-doc 9F8F3A46, peça 79), este Tribunal, por meio da Decisão nº 3291/2021, entre outras medidas, fixou prazo de 30 (trinta) dias para que o sindicato apresentasse, novamente, manifestação escrita acerca da matéria.

13. Na sequência, o Sindepo/DF e o Sinpol/DF apresentaram novas manifestações (e-doc 61BC7D7B, peça 96 e e-doc ED8E4604, peça 102, respectivamente), essa última *“em atenção ao Parecer Técnico nº 43/2021-2ª DIFIPE”*.

14. Em sua manifestação, o Sinpol/DF, em síntese, reapresenta os argumentos trazidos à baila em manifestações anteriores, além de adicionar que *“o que se pretende é apenas dar efetividade à conversão do tempo especial em comum, na forma da decisão do e. STF, no Tema 942 da Repercussão Geral, [...] para fins de **APOSENTADORIA COMUM**, sem que com isso haja uma conjugação da LC 51 com a lei que regula o regime geral. E nada mais”*, apesar de não ser esse o conteúdo da consulta apresentada pelo Diretor-Geral da PCDF (e-doc 3FBEC436-c, peça 6).

15. Ao final, diferentemente do apresentado pelo consulente, requer o reconhecimento do *“direito dos policiais civis do Distrito Federal à conversão, até 12.11.2019, do tempo de atividade estritamente policial em tempo comum, **para fins de aposentadoria comum**, em consonância com a decisão do STF no Tema nº 942 da Repercussão Geral”*, além da *“possibilidade, para o servidor que continuar trabalhando após a conversão do tempo especial em comum até atingir os requisitos*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

*para se aposentar nos termos da EC nº 103/2019, c/c LC nº 51/1985, **SEM A UTILIZAÇÃO DO TEMPO CONVERTIDO**, de optar pela aposentadoria especial”.*

16. Observa-se das manifestações do Sindepo/DF (e-doc 7FB3126E, peça 78 e e-doc 61BC7D7B, peça 96) a pretensão de que o reconhecimento das atividades policiais como insalubre ocorra de forma presumida, sem qualquer comprovação, e que a conversão do tempo especial em comum leve em consideração os fatores de ponderação de 2,00 para mulheres e 1,75 para homens, haja vista o tempo de atividade especial de 15 anos para mulheres e 20 anos para homens disposto na LC nº 51/85.

17. Com isso, almeja, na prática, sem qualquer previsão legal, que se admita a concessão de abono de permanência aos Policiais Civis do DF exclusivamente em virtude do cumprimento do requisito de tempo de atividade estritamente policial, independentemente do atendimento do tempo comum disposto na LC nº 51/85.

18. Ocorre que não só os requisitos de tempo considerados pelo Sindepo/DF não são os únicos necessários à aposentadoria especial de policial, que exige também 25 e 30 anos de tempo comum para mulheres e homens respectivamente, como os Planos de Benefícios da Previdência Social (Lei nº 8.213/1991) e seu respectivo regulamento (Decreto nº 3.048/1999) sequer prevêm os tempos mencionados, uma vez que **não trata de atividades de risco**.

19. Nesse sentido, ainda que se considere a possibilidade de policiais civis exercerem atividades insalubres, por força da definição do Tema 942 de Repercussão Geral aplicar-se-ia a tais servidores diretamente o disposto no artigo 57 da Lei nº 8.213/1991, que garante a aposentadoria especial pelo exercício de **atividades insalubres**, atestado por meio de Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e laudo pericial, ponderando-se tal período até a EC 103/2019, se for o caso, com base nos índices de ponderação de 1,2 para mulheres e 1,4 para homens, definidos no art. 70 do Decreto nº 3.048/99, e não de forma presumida para toda a categoria e utilizando os tempos dispostos na LC nº 51/85 para majorar ainda mais os períodos, como pretende o Sindepo/DF.

20. Ou seja, caso se trate de atividade policial, utiliza-se a LC nº 51/85; caso se trate de atividade insalubre, que não se presume e deve ser devidamente atestada em cada caso, utilizam-se as regras e tempos do regime geral de previdência social, conforme determinação do STF e nos termos do que vier a ser definido no Processo nº 00600-00001196/2021-14-e 1 que tramita neste Tribunal.

21. Nada obstante, por meio de interpretação ampliativa, a consulente e as interessadas pretendem estabelecer regime híbrido e específico quanto às regras referentes a períodos de tempo estritamente policial e de atividades insalubres,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

levando à completa desnaturação do requisito de 30 anos de tempo comum exigido pela lei que regulamenta a aposentadoria especial de policial, uma vez que bastaria aos servidores policiais o cumprimento do tempo de 15 anos para mulheres e 20 anos para homens para fins de aposentadoria (ou de concessão de abono de permanência), o que não encontra amparo em nenhuma norma, constitucional ou infraconstitucional, e vai de encontro à reforma previdenciária promovida pela EC nº 103/2019, criando nova regra para os servidores policiais civis do DF e tornando letra morta a própria LC nº 51/1985.

22. Assim, considerando não terem sido apresentados argumentos capazes de infirmar as conclusões outrora alcançadas e que a análise da consulta e das manifestações das entidades sindicais ocorreu na Informação nº 43/2021-2ª DIFIPE (e-doc 9F8F3A46, peça 79), que reiterou a Informação nº 14/2021-2ª DIFIPE (e-doc 5852609B-e, peça 39), que reiterou a Informação nº 75/2020-2ª DIFIPE (e-doc 9808FC16-e, peça 10), acolhida pelo MPJTCDF no Parecer nº 0911/2020-G2P (e-doc 9C5F5AB6-e, peça 14), reiteram-se, mais uma vez, as manifestações anteriores por seus próprios fundamentos.

23. Tendo decorrido da necessidade de definição do alcance do enunciado da Súmula Vinculante nº 33, o Tema 942 de Repercussão Geral¹ aplica-se aos servidores enquadrados na hipótese prevista no então vigente **inciso III** do § 4º do art. 40 da Constituição da República, que trata da hipótese de servidores cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física (**atividades insalubres**), conforme expressamente previsto na própria definição da tese, limitando-se a conversão do tempo especial em comum para fins de obtenção de aposentadoria sob outras regras, comuns, que **não a própria aposentadoria especial**.

24. Por sua vez, a aposentadoria especial dos policiais civis, **que não carece de regulamentação, uma vez que disciplinada por meio da LC nº 51/85**, lei recepcionada pela CRFB, não tem como supedâneo o exercício de atividades insalubres, mas o desempenho de atividades de **risco**, tendo como fundamento constitucional o **inciso II** do § 4º do art. 40 da CRFB, **não abrangido pela Súmula Vinculante nº 33, tampouco pelo Tema 942 de Repercussão Geral**.

¹ Até a edição da Emenda Constitucional nº 103/2019, o direito à conversão, em tempo comum, do prestado sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física de servidor público **decorre da previsão de adoção de requisitos e critérios diferenciados para a jubilação daquele enquadrado na hipótese prevista no então vigente inciso III do § 4º do art. 40 da Constituição da República, devendo ser aplicadas as normas do regime geral de previdência social relativas à aposentadoria especial contidas na Lei 8.213/1991 para viabilizar sua concretização enquanto não sobrevier lei complementar disciplinadora da matéria**. Após a vigência da EC n.º 103/2019, o direito à conversão em tempo comum, do prestado sob condições especiais pelos servidores obedecerá à legislação complementar dos entes federados, nos termos da competência conferida pelo art. 40, § 4º-C, da Constituição da República.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

25. Na mesma linha de inteligência, cumpre destacar o Despacho nº 846/2021/SPREV/SEPRT-ME, da Secretaria de Previdência – Ministério da Economia, que aprova as Notas Técnicas SEI nºs 792/2021/ME e 6178/2021/ME, segundo o qual:

I - A tese fixada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal - STF no Recurso Extraordinário nº 1014286 (Tema nº 942 da Repercussão Geral):

I.1 - alcança apenas os servidores filiados ao RPPS cujas atividades foram **exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física** até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 103, que se deu em 13 de novembro de 2019, quanto ao direito à conversão desse tempo especial em tempo comum pela aplicação das regras do RGPS sobre aposentadoria especial de que trata o art. 57 da Lei nº 8.213, de 24/07/1991;

I.2 - **não diz respeito à conversão em tempo comum do tempo prestado pelo servidor na condição de pessoa com deficiência, nem de conversão de tempo exercido em atividades de risco**, hipóteses previstas nos incisos I e II do § 4º do art. 40 da Constituição, na redação desses dispositivos anterior à EC nº 103/2019; e

I.3 - não abrange conversão, em tempo comum, do tempo de efetivo exercício das **funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio**, na hipótese de aposentadoria especial de professor a que se refere o § 5º do art. 40 da Constituição Federal, na redação anterior à reforma previdenciária de 2019. (sem grifos no original)

26. Importa frisar que a Súmula Vinculante nº 33² e o Tema 942 de Repercussão Geral se aplicam a quaisquer servidores públicos, policiais ou não, que se enquadrem na hipótese prevista no então vigente inciso III (tempo insalubre) do § 4º do art. 40 da Constituição da República, **o que não se presume e necessita de prova documental em cada caso**.

27. Não por outra razão, **o artigo 40, § 4º-C, da CRFB, na redação da EC nº 103/2019, expressamente veda a caracterização de atividades insalubres por categoria profissional ou ocupação**, uma vez que, conforme afirmado, tal enquadramento necessita de comprovação caso a caso, **conforme já previa o artigo 58 da Lei nº 8.213/1991**, que exige para comprovação das condições especiais laudos técnicos e periciais.

² Aplicam-se ao servidor público, no que couber, as regras do regime geral da previdência social sobre aposentadoria especial de que trata o **artigo 40, § 4º, inciso III da Constituição Federal**, até a edição de lei complementar específica.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

28. Assim, a vedação disposta no artigo 40, § 4º-C, da CRFB, na redação da EC nº 103/2019, não é nova e já se encontrava subentendida na necessidade de demonstração das condições caso a caso exigida pela legislação de regência do RGPS, que se pretende aplicar ao caso, diferentemente do alegado pelo Sindepo/DF.

29. Dessa forma, uma vez reconhecido e comprovado como insalubre o período exercido por servidor público, policial ou não, o mesmo possui direito à aposentadoria especial de que trata o artigo 40, § 4º, inciso III, da Constituição Federal ou a conversão do citado interregno em tempo comum **para fins de aposentadoria comum**, sendo inviável a utilização de período ponderado para cumprimento de requisitos de aposentadoria especial, já diferenciados, o que configuraria “bis in idem”, com dupla redução do requisito temporal para inativação.

30. Com efeito, importa salientar que o consulente não pretende a mera declaração deste Tribunal no sentido de que a decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Tema 942 de Repercussão Geral aplica-se aos servidores policiais civis, o que não se encontra em discussão na presente consulta e se mostraria despidendo, uma vez que a decisão aplica-se a quaisquer servidores públicos que se encontrem na situação de que trata, desde que devidamente comprovado, independentemente do cargo que ocupam.

31. Ao contrário, pretende, por via de consulta, garantir aos policiais civis o direito à conversão de períodos de tempo estritamente policial (atividade de **risco**), não insalubre, em tempo comum, reduzindo, ainda mais, o requisito de tempo comum (30 anos) disposto na mencionada lei complementar, já reduzido em comparação às aposentadorias comuns ou, conforme apresenta o Sindepo/DF, a própria eliminação do requisito de tempo comum disposto na LC nº 51/85 para fins de concessão de aposentadoria ou abono de permanência.

32. Como demonstrado, a interpretação defendida não encontra amparo na Súmula Vinculante nº 33 ou no Tema 942 de Repercussão Geral, seja em razão de os mencionados verbetes/teses não tratarem de atividade de risco (artigo 40, § 4º, inciso II, da CRFB), mas exclusivamente de atividade insalubre (artigo 40, § 4º, inciso III, da CRFB); seja pela impossibilidade de conversão de tempo especial em comum, com majoração por fator de ponderação, para sua utilização em aposentadorias especiais; seja pela aposentadoria especial de policial se encontrar regulamentada pela LC nº 51/85, que não prevê conversão de tempo requerida; ou mesmo pela impossibilidade de criação de regime híbrido, utilizando-se, ao mesmo tempo, das regras previstas na LC nº 51/85 e no regime geral de previdência social para criar nova regra de aposentadoria para os servidores policiais civis.

33. Cumpre mencionar que foi reconhecido por este Tribunal de Contas o direito dos servidores à contagem ponderada do período celetista exercido sob condições insalubres, penosas ou perigosas, a exemplo das Decisões nºs 63/2006



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

(Processo nº 780/1990), 6433/2009 (Processo nº 3476/1995), 786/2011 (Processo nº 4263/1996), 1156/2012 (Processo nº 24.180/2006), dentre outras.

34. Assim como no caso da ponderação do tempo insalubre estatutário exercido até a EC 103/2019 autorizada pelo STF no julgamento do Tema de Repercussão Geral 942, esse acréscimo de tempo é válido **exclusivamente para as aposentadorias comuns**, em que é exigido tempo de contribuição superior ao das aposentadorias especiais.

35. Por outro lado, a LC nº 51/85 já estabelece condições vantajosas para a aposentadoria, ao reduzir a exigência de tempo de serviço, no caso dos homens, de 35 para 30 anos.

36. Permitir o acúmulo de ambas as vantagens (contagem de tempo ponderado e aposentadoria especial) implicaria dupla redução do tempo necessário à aposentadoria, configurando "bis in idem", uma clara ilegalidade, conforme entendimento pacífico deste Tribunal no que se refere ao tempo celetista (Decisão nº 1.487/2016 - Processo nº 6.230/2016; Decisão nº 4.516/2016 - Processo nº 22.394/2016).

37. Com efeito, não se vislumbra diferenciação fática ou jurídica a ensejar tratamento díspar para o tempo insalubre estatutário no que se refere à impossibilidade de utilização de sua ponderação para fins de aposentadoria especial.

38. Com relação à decisão proferida no Recurso Extraordinário nº 1.303.702/SP (e-doc 46E68918-e, peça 37), diferentemente do que alega o interessado e o consultante, não houve a aplicação do Tema de Repercussão Geral nº 942 para garantir a conversão de tempo **policia**l excedente (atividade de risco) em comum para cumprimento de requisito da aposentadoria especial de policial de que trata a LC nº 51/85.

39. Segue o dispositivo da decisão monocrática proferida pelo Ministro Alexandre de Moraes no mencionado recurso extraordinário, confirmada posteriormente em sede de agravo interno e com trânsito em julgado em 05/06/2021:

Diante do exposto, com base no art. 21, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, DOU PROVIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO, para, em conformidade com a tese fixada no Tema 942, julgar procedente o pedido inicial, determinando à autoridade administrativa que proceda à **averbação do tempo de serviço comprovadamente prestado pelo autor em atividades insalubres, observadas as normas do regime geral de previdência social relativas à aposentadoria especial contidas na Lei 8.213/1991**, até a entrada em vigor da Emenda Constitucional



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

103/2019, quando o direito obedecerá à legislação complementar do ente federado.

40. Portanto, por meio da mencionada decisão, o STF apenas reconheceu ao servidor público o direito à averbação do tempo **insalubre - e não estritamente policial** – e a **aplicação das normas do regime geral de previdência social relativas à aposentadoria especial contidas na Lei 8.213/1991**, ou seja, a utilização do citado período averbado insalubre diretamente para fins da aposentadoria especial de que trata o artigo 57 da Lei nº 8.213/1991 **ou** sua conversão em tempo comum, **de forma ponderada**, para alcance dos requisitos das aposentadorias comuns (artigo 57, § 5º, da Lei nº 8.213/1991).

41. Na prática, o defendido pelo consulente (conversão de tempo estritamente policial em comum para cumprimento de requisito de aposentadoria especial de policial – LC nº 51/85) acabaria por alterar os requisitos expressamente definidos pelo legislador na LC nº 51/85, uma vez que ao servidor policial homem, por exemplo, que ingressasse na Corporação com pouco mais de sete anos de tempo especial, bastaria exercer vinte anos de tempo estritamente policial para fins da aposentadoria especial de policial, aposentando-se com pouco mais de 27 anos de tempo de contribuição, desnaturando o requisito legalmente previsto (30 anos), já reduzido em comparação às aposentadorias comuns.

42. Dessa forma, reiterando, em essência, as conclusões apresentadas por esta Unidade Técnica na Informação nº 43/2021-2ª DIFIPE (e-doc 9F8F3A46, peça 79), que reiterou a Informação nº 14/2021-2ª DIFIPE (e-doc 5852609B-e, peça 39), que reiterou a Informação nº 75/2020-2ª DIFIPE (e-doc 9808FC16-e, peça 10), e que foram acolhidas pelo MPJTCDF no Parecer nº 0911/2020-G2P (e-doc 9C5F5AB6-e, peça 14), sugere-se esclarecer ao consulente que: a) o Tema 942 de Repercussão Geral, definido pelo STF no bojo do RE 1.014.286/SP, não se aplica aos servidores que exerçam atividade de risco (inciso II do § 4º do art. 40 da CRFB), cujo direito à aposentadoria especial já se encontra regulamentado pela LC nº 51/85, mas exclusivamente aos servidores que exerçam atividades sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física (inciso III do § 4º do art. 40 da CRFB), sendo inviável a conversão de tempo especial, ainda que insalubre, em comum para fins de aposentadoria especial; b) no caso de servidores que tenham exercido atividades sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física (inciso III do § 4º do art. 40 da CRFB) de forma permanente e não ocasional ou intermitente, o que não se presume, não se confunde com a atividade estritamente policial (inciso II do § 4º do art. 40 da CRFB) e deve ser devidamente atestado em cada caso, deve-se observar o que vier a ser definido por este Tribunal nos autos do Processo nº 00600-00001196/2021-14-e.

43. Pelo exposto, sugere-se ao e. Tribunal:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

- I. tomar conhecimento das manifestações do Sindepo/DF e do Sinpol/DF (e-doc 61BC7D7B, peça 96, e e-doc ED8E4604, peça 102, respectivamente);
- II. ter por cumprida a Decisão nº 3.291/2021;
- III. esclarecer ao consulente que:
 - a. o Tema 942 de Repercussão Geral, definido pelo STF no bojo do RE 1.014.286/SP:
 - i. aplica-se exclusivamente aos servidores que exerçam atividades sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física (inciso III do § 4º do art. 40 da CRFB);
 - ii. não se aplica aos servidores que exerçam atividade de risco (inciso II do § 4º do art. 40 da CRFB), cujo direito à aposentadoria especial já se encontra regulamentado pela LC nº 51/85;
 - iii. não permite a conversão de tempo especial, ainda que insalubre, em comum para fins de implemento de requisito da aposentadoria especial de que trata a Lei Complementar 51/85, o que configuraria “bis in idem”, com dupla redução do requisito temporal para inativação;
 - b. no caso de servidores que tenham exercido atividades sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física (inciso III do § 4º do art. 40 da CRFB) de forma permanente e não ocasional ou intermitente, o que não se presume, não se confunde com a atividade estritamente policial (inciso II do § 4º do art. 40 da CRFB) e deve ser devidamente atestado em cada caso, deve-se observar o que vier a ser definido por este Tribunal nos autos do Processo nº 00600-00001196/2021-14-e;
- IV. dar ciência da decisão que vier a ser proferida ao consulente e aos interessados, por meio de seus representantes legais; e
- V. autorizar o arquivamento dos autos.

À consideração superior.

ASSINADO ELETRONICAMENTE
Hugo Mesquita Póvoa
Auditor de Controle Externo
Matr. nº 1417-9